

3.ª Repartição

Por decreto de 21 do corrente mês:

Fernando Ernesto Bizarro Enes — nomeado segundo bibliotecário da Biblioteca Nacional do Lisboa, em virtude de concurso.

Fernando Ernesto Bizarro Enes — exonerado do cargo de amanuense palatino da Biblioteca Nacional do Lisboa, visto ter sido nomeado para o cargo de segundo bibliotecário da mesma Biblioteca.

(Tem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 27 do corrente mês).

Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, em 31 de Dezembro de 1912.—O Director Geral, interino, *J. M. de Queiroz Veloso.*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Secretaria Geral

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º É o Governo autorizado a reforçar as verbas de material e diversas despesas consignadas no capítulo vi — Serviços Prisionários.

Art. 2.º Do orçamento do Ministério da Justiça em vigor no corrente ano económico, pela seguinte forma:

	Escudos
Cadeia Penitenciária de Lisboa	6.181
Cadeia Penitenciária de Coimbra	13.9
Cadeia do Limoeiro e Aljube	2.96
Cadeia do Porto	4.100,8
Total	27.201,8

§ único. Estas importâncias poderão ser transferidas dum para outro estabelecimento dentro do mesmo artigo e sob a referida rubrica de material e diversas despesas, sempre que a conveniência do serviço assim o exigiam.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro da Justiça o faça imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, aos 28 de Dezembro de 1912.—*Manuel de Arriaga*—*Francisco Correia de Lemos.*

Direcção Geral de Justiça

1.ª Repartição

Despachos effectuados na seguinte data

Dezembro 30

Bacharel Alberto Henrique Gorjão Nogueira e Francisco José da Silveira Campos — aprovados para ajudantes do conservador privativo do registo predial na 2.ª conservatória da comarca de Lisboa.

Bacharel Manuel Joaquim Tavares da Costa — nomeado ajudante do notário da comarca de Oliveira do Azeméis, António da Silva Carrelhas.

Silvino António Henriques Vila Nova — nomeado ajudante do notário interino da comarca de Alcubça, Alberto Henriques Vila Nova.

António Augusto Pires, escrivão do juízo de direito da comarca de Bragança — nomeado ajudante do notário interino da mesma comarca, Henrique Augusto Rodrigues Paz Júnior.

Manuel Torrado, escrivão do juízo de paz do distrito de Santa Maria, da comarca de Odemira — nomeado ajudante do escrivão do 1.º officio do juízo de direito da mesma comarca, António Eduardo dos Santos Silva.

Dezembro 28

Licenças de que foram pagos os respectivos emolumentos:

Demétrio Francisco Pinto, escrivão do juízo de direito da comarca de Rio Maior — trinta dias.

Dezembro 30

Bacharel Joaquim Pereira da Silva Amorim, juiz de direito do 2.º distrito criminal da comarca do Porto — autorizado a gozar trinta dias de licença anterior.

Bacharel Francisco Henriques Góis, juiz de direito da comarca de Meda — autorizado a gozar vinte e cinco dias de licença anterior.

Bacharel José de Castro Lial de Faria, notário interino na comarca de Felgueiras — autorizado a gozar trinta dias de licença anterior.

Licenças de que tem de ser pagos os emolumentos que forem devidos:

Bacharel Manuel Rufino da Graça, juiz de direito da comarca da Guarda — trinta dias, por motivo de doença.

Bacharel Paulo da Costa Menano, delegado do Procurador da República na comarca de Penela — sessenta dias.

Bacharel Álvaro de Paiva de Faria Leite Brandão, secretário da Presidência da Relação do Porto — sessenta dias, por motivo de doença.

Dezembro 31

Portaria agregando à comissão de sindicância aos tribunais de 1.ª instância da comarca de Lisboa mais os seguintes individuos: bacharel Afonso de Melo Pinto Veloso, juiz de direito de 3.ª classe adido; Luís de Loureiro Melo Borges e Castro, conservador privativo do registo predial na comarca de Leiria; e António de Azevedo Ataíde, delegado do Procurador da República na comarca de Castelo de Paiva, sem prejuizo da sua antiguidade para os que são magistrados.

2.ª Repartição

20 de Dezembro

Portaria agregando à comissão encarregada de estudar e propor a reforma penal e dos serviços prisionais em Portugal o Dr. Júlio Xavier de Matos, Director do Manicómio Bombarda.

31 de Dezembro

Portaria nomeando uma comissão composta dos Srs. Drs. Bernardo Nunes Garcia, juiz da Relação de Lisboa; Pedro de Castro, juiz do 3.º juízo de Investigação Criminal; Amílcar da Silva Ramada Curto, advogado; Afonso de Melo Pinto Veloso, juiz de direito; Fernando Emídio da Silva, advogado; Rodrigo José Rodrigues, Director da Penitenciária de Lisboa; Manuel Monteroso, médico dos tribunais do Porto; João Alberto Pereira de Azevedo Noves, director da Morgue de Lisboa, e Rodolfo Xavier da Silva, segundo assistente provisório da cadeira de medicina-legal, para estudar e propor a reforma dos serviços médico-legais, de investigação criminal e identificação e estudo dos criminosos.

Direcção Geral da Justiça, em 31 de Dezembro de 1912.—Pelo Director Geral, o Chefe de Repartição, *Cândido de Figueiredo.*

Direcção Geral dos Eclesiásticos

1.ª Repartição

Sob proposta do Ministro da Justiça, e nos termos do artigo 104.º do decreto, com força de lei, de 20 de Abril de 1911: hei por bem decretar que seja cedido ao Ministério da Guerra, a título de arrendamento, o edificio do extinto seminário de Faro, para servir de quartel do regimento de infantaria n.º 33, pela renda anual de 400 escudos, devendo esta quantia ser paga à comissão central de execução da citada lei, por intermédio da concelhia sua delegada naquela cidade, e ficando por esta forma declarado sem efeito o decreto de 19 de Setembro último, que concedera, provisoriamente, à respectiva Câmara Municipal, uma parte do referido prédio para o internato liceal.

Paços do Governo da República, em 28 de Dezembro de 1912.—*Manuel de Arriaga*—*Francisco Correia de Lemos.*

Sobre proposta do Ministro da Justiça e nos termos do artigo 104.º do decreto com força de lei de 20 de Abril de 1911: hei por bem decretar que a Junta de Paróquia da freguesia de Beiris, do concelho da Póvoa do Varzim, distrito do Porto, seja cedido um recanto indicado pela letra C na planta junta ao processo, situado ao sul da estrada, e por esta separado do resto do passal da referida freguesia ao qual pertencia, de cerca de 15 metros de fundo por 40 metros na maior largura, terreno este que é destinado para edificação duma casa para biblioteca e registo civil, a expensas dum conterrâneo e benemérito, Deputado Ezequiel de Caupos. Esta cedência é feita definitiva a título de venda, pelo preço de 90 escudos, que serão pagos à comissão central de execução da citada lei, por intermédio da respectiva comissão administrativa dos bens ecclesiásticos, no acto de lavrar-se a competente escritura, em que deverá ontorgar, como representante da dita comissão central, o presidente da concelhia acima mencionada.

Paços do Governo da República, em 28 de Dezembro de 1912.—*Manuel de Arriaga*—*Francisco Correia de Lemos.*

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Secretaria Geral

Decretos expedidos por este Ministério nas datas que vão indicadas

Em 14 de Dezembro de 1912, visados pelo Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 28:

A João José da Trindade, encarregado da estação telegrapho-postal de Vagos — concedida aposentação ordinaria, que requereu pelo Ministério do Fomento, com a pensão anual de 220 escudos, que lhe será paga nos termos do decreto de 26 de Julho de 1886 e do § 6.º do artigo 73.º da lei de 9 de Setembro de 1908.

A António Ferreira, distribuidor da estação telegrapho-postal de Melgaço — concedida aposentação extraordinaria, que requereu pelo Ministério do Fomento, com a pensão anual de 135 escudos, que lhe será paga nos termos do decreto de 26 de Julho de 1886 e do § 6.º do artigo 73.º da lei de 9 de Setembro de 1908.

Em 21 de Dezembro de 1912, visado pelo Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 31:

A João Marques Pinto, correio de secretaria do Ministério do Fomento — concedida aposentação extraordinaria, proposta pelo mesmo Ministério, com a pensão anual de 220 escudos, que lhe será paga nos termos do decreto de 26 de Julho de 1886 e do § 6.º do artigo 73.º da lei de 9 de Setembro de 1908.

Ministério das Finanças, Secretaria Geral, em 31 de Dezembro de 1912.—O Secretario Geral, *M. M. A. da Silva Bruschy.*

Direcção Geral da Fazenda Pública

2.ª Repartição

Anuncia-se, nos termos e para os efeitos da lei de 24 de Agosto de 1848 e decreto com força de lei de 5 de Dezembro de 1910, haverem requerido: Joaquim José da Conceição e Porfírio da Conceição, aquele capitão e este sargento de cavalaria, naturais da vila de S. Vicente da Beira, concelho e distrito de Castelo Branco, a restituição do depósito effectuado por seu falecido pai, Francisco da Conceição, na importância de 150.000 réis, que constituía a sua caução, como encarregado da estação postal na referida vila e o pagamento dos respectivos juros em dívida; a fim de que qualquer pessoa, que também se julgue com direito à percepção do aludido depósito e juros, ou do parte deles, roqueira pela 2.ª Repartição desta Direcção Geral, dentro do prazo de trinta dias, findo o qual será resolvida a pretensão.

Direcção Geral da Fazenda Pública, em 31 de Dezembro de 1912.—O Director Geral, *M. M. A. da Silva Bruschy.*

Direcção Geral da Contabilidade Pública

Repartição Central

Anuncia-se, em observância do decreto de 5 de Dezembro de 1910, haver requerido Alice da Silva Moreira, os vencimentos que pela Caixa de Aposentações ficaram em dívida a seu falecido pai, João José da Silva Moreira, correio a cavallo do antigo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, aposentado, a fim de que qualquer pessoa, que também se julgue com direito aos ditos vencimentos ou a parte deles, roqueira pela Repartição Central desta Direcção Geral, no prazo de trinta dias, findo o qual será resolvida a pretensão.

Direcção Geral da Contabilidade Pública, em 30 de Dezembro de 1912.—O Director Geral, *André Navarro.*

Direcção Geral das Contribuições e Impostos

4.ª Repartição

Por decreto de 28 de Dezembro corrente, visado pelo Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 31 do mesmo mês:

Gilberto Cabral Sacadura — aspirante de finanças do concelho de Coimbra — transferido, como requereu, para idêntico lugar do 2.º bairro do Porto, vago pelo falecimento, em 4 de Novembro último, de António Cardoso da Costa.

Direcção Geral das Contribuições e Impostos, em 31 de Dezembro de 1912.—O Director Geral, *Júlio Maria Baptista.*

Direcção Geral da Estatística e Fiscalização das Sociedades Anónimas

Repartição da Fiscalização das Sociedades Anónimas

BANCO MERCANTIL DE LISBOA

(Sociedade anónima de responsabilidade limitada)

Balancete em 31 de Outubro de 1911

ACTIVO	
Letras descontadas	41:982,795
Empréstimos sobre penhores	12:145,320
Contratos hipotecários	27:519,915
Empréstimos em conta corrente	7:677,075
Obrigações garantidas	399,000
Caixa	1:390,735
Cota da Cerâmica do Campo Grande, Limitada	1:500,000
Cerâmica de Campo Grande, Limitada	766,670
Ações próprias	7:021,000
Fundos flutuantes	1:682,350
Valores em depósito	24:005,000
Instalação e mobília	2:318,155
Penhores em liquidação	4:516,000
Devedores	24:408,875
Liquidações	17:563,105
Ganhos e perdas	6:604,060
	181:503,155
PASSIVO	
Capital	96:000,000
Fundo de reserva	146,000
Credores de valores em depósito	24:005,000
Credores	46:338,330
Depósitos à ordem	2:803,665
Depósitos a prazo	6:350,000
Ganhos e perdas	5:809,660
	181:503,155

Pelo Banco Mercantil de Lisboa—O Director, *Joaquim dos Reis Torgal.*—O chefe do escritório, *João Olímpio Bandeira Monteiro.*

Está conforme o duplicado, que fica arquivado nesta Repartição da Fiscalização das Sociedades Anónimas, em 13 de Maio de 1912.—Servindo de Inspector Geral, *José de Campos Pereira.*

BANCO MERCANTIL DE VIANA

Balancete em 31 de Outubro de 1911

ACTIVO	
Caixa	16:781,935
Caixa — depositados noutros bancos	8:627,557
Fundos flutuantes	67:389,990
Ações de conta própria	89:500,000
Letras descontadas	80:741,345
Letras compradas	2:500,895
Descontos nas agências	502,500
Letras a receber	8:620,500
Agências e correspondências	8:129,117
Contas correntes com garantia	28:778,500
Empréstimos sobre penhores	1:078,875